

ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2006

R\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2006 (I)	% PIB	Metas Realizadas em 2006 (II)	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor	%
Receita Total	2.759.097	32,31	3.547.500	39,74	788.403	28,57
Receitas Primárias (I)	2.460.765	28,81	3.166.513	35,47	705.748	28,68
Despesa Total	2.759.097	32,31	3.294.566	36,91	535.469	19,41
Despesas Primárias (II)	2.430.086	28,45	2.980.840	33,17	550.754	21,83
Resultado Primário (I-II)	233.176	2,73	205.873	2,31	-27.303	-11,71
Resultado Nominal	102.584	1,20	84.303	0,94	-18.281	-17,80
Dívida Pública Consolidada	2.512.857	29,42	2.517.575	28,20	4.718	0,19
Dívida Consolidada Líquida	-	-	2.046.891	22,93	-	-

FONTE: SEFAZ-PI / Unidade de Controle Contábil-UNICON / RREO 6º Bimestre de 2006 e LDO 2006.

Nota: valores do PIB previsto para 2006, conforme abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	Valor - R\$ milhares
PIB previsto em 2006	8.540.268
PIB - previsão atual para 2006	8.928.410

FONTE: SEPLAN/SEFAZ-PI



ANEXO DE METAS FISCAIS
 (Art. 4º, § 1º e 2º da Lei Complementar nº 101/2000)

METAS ANUAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

A previsão de valores futuros normalmente representa um grande desafio. Os fatores que influenciam a arrecadação são vários e podem ser alterados ao longo dos exercícios. Para muitos deles sequer se dispõe de metodologias seguras de estimativa e mensuração.

Em sendo assim, qualquer exercício de projeção de valores futuros de séries temporais deve ser, em primeiro lugar, considerado como decorrente de métodos relativamente limitados. Os valores estimados não devem ser interpretados como precisos, mas sim um dado em torno do qual pode-se estabelecer uma probabilidade relativamente alta de ocorrência.

I - RECEITA FISCAL - Para 2008 foi apurada conforme metodologia descrita abaixo.

a) Tributos

As projeções do ICMS, IPVA, ITCD e Taxas foram realizadas pela Coordenação de Estudos Econômico-Fiscais - COEFI / Unidade de Administração Tributária - UNATRI da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, utilizando-se de premissas e modelo a seguir consignados.

O passado observado de séries temporais normalmente revela um padrão em termos de tendência e ciclos que permite a extrapolação para valores futuros. Em função do exposto acima, esta extrapolação não deve necessariamente produzir valores exatos de previsão. Entretanto, ela representa o que de melhor se pode inferir acerca do comportamento futuro de uma variável, mediante padrões revelados em seu passado, sem a necessidade de se lançar mão de todas as informações que um modelo de descrição completo do comportamento dos agentes econômicos requeriria.

Assim sendo, utilizou-se o algoritmo de "Alisamento Exponencial" ("Exponential Smoothing") de Holt e Winters. Este algoritmo é conceitualmente simples e possui um excelente desempenho de previsão em várias séries temporais. Outra vantagem do algoritmo de alisamento exponencial de Holt-Winters é que ele leva em conta a sazonalidade, o que é fundamental no caso do ICMS e, além disso, já vem implementado em funções de previsão em *softwares* como o Excel da Microsoft, que facilita em muito sua utilização.

Desde 1999, utilizando-se o modelo descrito, as margens de erro entre os valores estimados e realizados não ultrapassam 10%, e se situam, normalmente, entre 5 e 6%, o que não representa a melhor projeção, mas estão perfeitamente dentro dos padrões usuais.

Em apertada síntese o algoritmo de Holt-Winters funciona da seguinte forma: estimam-se basicamente dois parâmetros, alfa e beta, **alfa > 0** e **beta < 1**, que são assim definidos:

$$a(t) = ayt + (1-a)(a(t-1) + b(t-1))$$

$$b(t) = b(a(t) - a(t-1)) + (1-b)b(t-1),$$

onde y é a série em que se realiza o alisamento e a e b são o intercepto e a tendência, respectivamente. As previsões, então, serão dadas por:

$$y^*(t) = a(t) + b(t)k, k = 0, 1, 2, \dots$$

Além do modelo referenciado, considerou-se, ainda, as metas de crescimento do IPCA e dos PIB estadual e nacional, o esforço fiscal da Fazenda Estadual, bem como a modernização tecnológica em implantação, que tem permitido um maior e melhor controle sobre a arrecadação do Estado.

b) Transferências correntes

Relativamente às Transferências Correntes foram utilizados os dados disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional como referenciais, avaliação de uma série histórica de 6 anos e os indicadores do IPCA e PIB.

c) Demais contas

Para as demais rubricas lançamos mão das informações nos encaminhadas oficialmente tanto pelos órgãos da Administração Direta quanto indireta, inclusive fundações e empresas; da análise das receitas realizadas de 2001 a 2006, e sobre os valores apurados foram aplicados o IPCA e o PIB estimados para cada exercício.

II - RESULTADO PRIMÁRIO - Diferença entre o total da receita e o total da despesa, excluídas, para ambos os casos, as parcelas relacionadas à dívida, aplicações financeiras, operações de crédito, amortizações de empréstimos e alienação de bens.

III - RESULTADO NOMINAL - Resultado primário, acrescidos juros recebidos e subtraídos os juros e encargos da dívida.